

América Latina

As eleições na Argentina e o Mercosul

Félix Peña

O povo argentino elegeu em paz um novo presidente, Nestor Kirchner, demonstrando o seu apego à racionalidade e à moderação como elementos centrais da sua vivência política.

Se se consideram os efeitos práticos dos dois colapsos sobre as condições de vida e as ilusões dos argentinos, este desenvolvimento é positivo. Ainda mais o é se se recordar os prognósticos profundamente pessimistas que se formularem no primeiro trimestre de 2002 sobre o futuro da Argentina, tanto no país como no exterior. As expressões “caos” e “crise terminal”, frequentemente utilizadas, evocavam hiperinflação, colapso do sistema democrático e muitos mortos. Nada disso ocorreu, se bem quem, sem dúvida, o país tenha sofrido nos últimos anos um severo retrocesso económico e social, e a sua imagem no mundo se tenha deteriorado profundamente, particularmente em consequência do default da sua dívida externa.

Um novo Presidente foi eleito com ampla participação popular. A suspensão da segunda volta, que deveria ocorrer a 18 de Maio, por desistência de um dos candidatos – o antigo Presidente Carlos Menem –, não afectou a legitimidade do resultado eleitoral. De acordo com as normas legais vigentes, Nestor Kirchner, o outro candidato que tinha passado à segunda volta nas eleições de 27 de Abril, foi consagrado Presidente. No entanto, o panorama da futura governabilidade só ficará completo quando culminarem as eleições parlamentares e de governadores provinciais, que se realizam, na maioria das províncias, de forma escalonada, até ao próximo mês de Novembro.

O Presidente Kirchner tem à sua frente uma complexa agenda interna e externa. Internamente, as questões de governabilidade, no campo político; da competitividade sistémica, no económico, e da coesão, no social, são prioritárias. Externamente, há três questões prioritárias. A primeira é a reestruturação da dívida externa. A segunda é a recomposição da imagem do país, particularmente perante os investidores estrangeiros e as empresas que participaram no processo de privatizações da década de 90. A terceira são as relações com o Brasil, os Estados Unidos e a União Europeia, tanto no plano das

negociações comerciais na OMC, na ALCA e interregionais com a UE, como no plano da segurança global e regional.

Os Presidentes Lula e Kirchner foram muito claros em relação à prioridade que dão, nas suas respectivas agendas externas, à aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil e ao desenvolvimento do Mercosul. Nesse sentido, pode prever-se um período de intensificação das relações bilaterais, em todos os domínios e não só no plano comercial.

Em relação ao Mercosul, criaram-se agora condições objectivas favoráveis ao avanço da sua construção. Tal como nos momentos fundacionais, o impulso político para o desenvolvimento de um espaço económico integrado será forte e decisivo. É necessário ter em consideração que o Mercosul atravessou, nos últimos anos, problemas de eficácia e de credibilidade e, como consequência, por um questionamento existencial.

Os problemas de eficácia evidenciam-se na distância, que foi crescendo com o tempo, entre os resultados que se esperavam – por vezes com uma dose de optimismo – e os foram realmente alcançados. O próprio excesso de expectativas contribuiu para desvalorizar o muito que, de qualquer forma, se alcançou, tanto no desenvolvimento de uma área de paz de forte valor económico e político como do comércio livre, que se aplica, apesar das imperfeições, a uma alta percentagem do comércio recíproco.

Nos primeiros anos após a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, o comércio recíproco cresceu substancialmente e muitas empresas – internacionais e locais – adaptaram as suas estratégias e efectuaram investimentos na expectativa de um acesso efectivo a um mercado de 200 milhões de consumidores. A partir de 1995, começaram a ser evidentes problemas significativos na evolução do Mercosul. Alguns podem ser atribuídos às diferenças de paridades e de políticas de taxas de câmbio entre os dois principais parceiros, a Argentina e o Brasil – que se tornaram evidentes com a desvalorização do real, em 1999. Outros problemas explicam-se pelas assimetrias nas políticas económicas, especialmente no campo dos incentivos ao investimento. Outros ainda têm origem nos comportamentos das respectivas economias, tendo a economia argentina entrado mesmo num ciclo recessivo, ainda não totalmente concluído. Finalmente, outros podem ser atribuídos a alguma falta de cumprimento das regras acordadas por parte dos membros. Estará, provavelmente, na combinação destes diversos factores a explicação para a acrescente brecha entre as expectativas geradas na etapa fundacional e os resultados efectivamente alcançados.

Os problemas de credibilidade, aparecem gradualmente, como um resultado natural dos problemas de eficácia. Cidadãos, investidores e países terceiros foram perdendo a confiança na viabilidade do Mercosul. Debilitou-se, assim, o principal efeito visualizado na fundação do Mercosul, que era o de criar, de forma permanente, um instrumento significativo para a orientação de estratégias empresariais e de decisões de investimento em função do mercado ampliado. Países terceiros, e particularmente, a União Europeia, foram começando a ter dúvidas de que poderiam efectivamente negociar com o que se tinha apresentado como uma ambiciosa união aduaneira.

O questionamento existencial é uma consequência inevitável dos problemas de eficácia e de credibilidade. Se houve dúvidas, em diferentes momentos, sobre a conveniência do projecto Mercosul, pelo menos com o formato de união aduaneira, as questões começaram a ser fortes a partir de 2001. Abundaram as propostas de abandono – ao menos transitoriamente – da pauta externa comum e, logo, da união aduaneira, e houve inclusivamente propostas de transformar formalmente o Mercosul numa zona de comércio livre, que permitiria aos membros que negociassem individualmente com terceiros países, em particular com os Estados Unidos, seguindo-se o caminho do Chile, que conseguiu concluir acordos de comércio livre com a União Europeia e depois com os Estados Unidos.

Em consequência das eleições na Argentina e da compenetração demonstrada pelos presidentes Kirchner e Lula, pode prever-se agora que o actual debate existencial dê lugar a um mais prático debate metodológico, concentrado nas opções para desenvolver, num espaço de tempo razoável, o objectivo estratégico já acordado de construir, a partir de uma união aduaneira, um verdadeiro mercado comum, seguindo-se uma união monetária. Este é o desafio que enfrentam os novos governos.

O restabelecimento do Mercosul como um instrumento credível deveria facilitar a conclusão, nos prazos previstos, do acordo de comércio livre com a União Europeia. Seria uma forma de contribuir para a consolidação de democracias sólidas na América do Sul.